

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: fomentando a criação de estratégias para o desenvolvimento da criança com TEA

Luana Fontes
luanafonttes@gmail.com
Universidade Católica do Salvador (UCSal)
Ms. Antônio Gilmar C. Santos (Orientador)
antoniogilmard@gmail.com
Universidade Católica do Salvador (UCSal)

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo falar sobre a educação inclusiva na Educação infantil, devido a crescente demanda e falta de preparo de algumas instituições para o acolhimento dessas crianças. Parte-se da premissa que é enriquecedor para todos os integrantes do contexto escolar e para a sociedade a vivência respeitosa com o diferente por isso, defende-se a matrícula da criança com deficiência no ensino regular desde os primeiros anos escolares. Como há limites da pesquisa, focou-se em apenas um déficit, o autismo! Por ser atualmente o terceiro transtorno de desenvolvimento mais recorrente e sua crescente emergência nos ambientes escolares, buscou-se propor estratégias que visem, de fato, a inclusão. Para atender tais demandas, foi adotada como metodologia a revisão bibliográfica. Fazendo um panorama desde as concepções de inclusão escolar, perpassando pelos direitos conquistados que garantem o acesso e permanência dessas crianças no ambiente escolar, até chegar à questão chave do estudo, o autismo, suas características e estratégias de permanência e potencialização do desenvolvimento da criança com esse transtorno.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Autismo. Estratégias Inclusivas. Exclusão. Educação Infantil.

ABSTRACT

The objective of this article is to talk about inclusive education in children's education because the growing demand and lack of preparation from some children's reception institutions. It is based on the premise that it is enriching for all the members of the school context and for society to live respectfully with the different for it, that was advocated the enrollment of children with disabilities in regular education from the earliest school years. As there are limits to research, it focused on only one deficit, autism! Because it is currently the third most recurrent developmental disorder and its increasing emergence in school settings, it was sought to propose strategies that aim in fact to include. To answer those demands, was adopted literature review as the methodology. It was made a landscape since inclusive education, passing by rights won that guarantee the access and permanence of these children in the school environment, until reaching the key issue of the study, autism, its characteristics and strategies of permanence and potentialization of the child's development with this disorder.

KEY WORDS: Inclusive Education. Autism. Inclusive Strategies. Exclusion. Child Education.

INTRODUÇÃO: VIVER A DIFERENÇA RESPEITANDO-A.

Concebemos inclusão como o movimento de compreender e agir em prol da defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Neste artigo, falaremos de um sujeito específico em uma determinada instituição, isto é, as crianças e a escola, respectivamente. Sofia Freire assinala que:

A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceites e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. (FREIRE, 2008, p. 5).

Partindo desta premissa, tratamos a inclusão numa perspectiva de que o estudante com deficiência não esteja apenas matriculado no ensino regular, mas que este possa usufruir plenamente dos recursos apropriados disponíveis para impulsionar seu desenvolvimento e aprendizado cognitivo, social, cultural e físico. Tais aspectos já são assegurados pela Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão, pois eles fazem referência ao fato de que o ser humano deve estar livre qualquer tipo de discriminação. Devido à importância do papel social que a escola exerce na sociedade, é imprescindível que esta instituição seja mais um espaço inclusivo, devidamente preparado para receber este universo de crianças, proporcionando-lhes uma ambiência saudável de convivência, respeito e empatia.

A inquietação para a construção desse estudo surgiu do pensamento de que as crianças com deficiência necessitam da escola tanto quanto as que não possuem e mais, precisam ir muito além de estarem presentes no espaço escolar, pois:

- Não é a “incorporação à escola”: o processo de integração não termina quando a criança ingressa na escola, mas começa precisamente nesse momento. E, para que esse processo seja viável, são indispensáveis certas condições, tanto no âmbito das atitudes como no dos recursos. [...]

- Não é puramente “integração social”: a medida da integração não é dada só pelo fato de a criança relacionar-se com as demais, brincar e “ser feliz” na escola. Sem dúvida, isso é importante, mas não basta. Deve pretender o desenvolvimento maturativo em todos os aspectos. (ROSEIRA; SERRAHIMA; ELIAS, 2004, p. 318).

Ou seja, é importante que essas crianças possam usufruir de todas as habilidades e competências propostas para sua idade e nível de educação escolar, levando em consideração suas limitações e adaptando as atividades para melhor desempenho durante o processo educativo. É comum encontrarmos relatos de crianças com deficiência matriculadas na escola, mas sem os cuidados adequados que assegurariam o seu desenvolvimento psíquico, social e cognitivo.

Utilizaremos o ambiente escolar como local de estudo, focando na Educação infantil, levando em consideração o seu funcionamento e propondo estratégias que busquem legitimar a educação inclusiva.

Considerando a complexidade da educação, fica evidente a necessidade de analisar cuidadosamente cada criança na sua especificidade, principalmente quando ela

requer uma atenção a mais por conta de alguma deficiência. Isso quer dizer que como se trata de sujeitos diferentes a forma de aprendizagem será igualmente distinta e na presença de condições específicas de desenvolvimento como problemas neurológicos, motores, físicos ou qualquer outro, a forma de ensinar deverá ser pensada e estruturada de acordo com as necessidades especiais apresentadas.

Entende-se a importância de falar e estudar os diversos transtornos e deficiências, principalmente porque serão trabalhados no ambiente escolar, entretanto, não há regra geral para a educação. Cada criança tem um tipo de necessidade especial tendo ela ou não deficiência, por este motivo é preciso compreender o processo educativo individual, levando em consideração as qualidades que constituem cada pessoa, ou seja, a criança deve ter uma atenção especial de acordo com sua necessidade.

Ponderando as questões supracitadas, e os limites desta pesquisa, tornou-se imprescindível restringir este estudo, sendo assim, optou-se por trazer o transtorno do espectro do autismo como recorte temático.

São várias as justificativas para esta escolha, pode-se destacar entre elas o crescente número de diagnósticos de crianças com autismo, a Organização Pan-Americana de Saúde (2017) diz que:

Há muitas explicações possíveis para esse aumento aparente, incluindo aumento da conscientização sobre o tema, a expansão dos critérios diagnósticos, melhores ferramentas de diagnóstico e o aprimoramento das informações reportadas.

De acordo com Canut et al. (2014, p. 32) no artigo Diagnóstico Precoce do Autismo publicado na Revista de Medicina e Saúde de Brasília, a prevalência de crianças com autismo é estimada de 4 a 13 em 10000, sendo, desta maneira, o terceiro distúrbio mais comum no desenvolvimento infantil. Através de pesquisas mais recentes a Organização Pan-Americana da Saúde (2017) estima que “[...] em todo o mundo, uma em cada 160 crianças tem transtorno do espectro autista.”.

Outra importante justificativa para a abordagem do autismo em ambientes escolares é a falta de preparo para o acolhimento destas crianças. Não é fácil compreender as necessidades especiais de uma criança com este transtorno, já que durante os cursos de licenciatura, dificilmente há alguma matéria que abranja de fato, maneiras de trabalhar visando à sua inclusão dentro da sala de aula.

O interesse em falar sobre inclusão vem do pensamento de que é possível e enriquecedor conviver e respeitar o outro exatamente como ele é. O desejo de falar sobre autismo dentro da escola emerge de vivências com crianças dentro do espectro durante a formação profissional em pedagogia.

Durante muito tempo, a recomendação para as pessoas ditas “deficientes” era deixá-las em casa, pois, teoricamente seriam incapazes de aprender e de se comunicar. Atualmente, tratar essa ideia como verdadeira é inconcebível.

Para que essa realidade seja modificada é preciso esforço e dedicação principalmente do pedagogo para internalizar desde muito cedo a importância da

convivência respeitosa com o diferente, no sentido mais amplo desta palavra. Não apenas conversando sobre, mas proporcionando experiências verdadeiramente inclusivas. Falar sobre respeitar as diferenças, é bom, viver a diferença respeitando-a, é enriquecedor! A inclusão transforma as realidades e possibilita o respeito mútuo entre os diferentes.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIO DA CONTEMPORANEIDADE.

A escola deve ser o principal ambiente preparado para a diversidade, pois, é o primeiro contato, em geral, que as crianças têm fora do convívio familiar, que ocorre de maneira recorrente e prolongada.

Susan e Willian Stainback defendem a concepção de educação inclusiva e afirmam que:

As salas de aula inclusivas partem de uma filosofia segundo a qual todas as crianças podem aprender e fazer parte da vida escolar e comunitária. A diversidade é valorizada; acredita-se que tal diversidade fortaleça a turma e ofereça a todos os seus membros maiores oportunidades para a aprendizagem. (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 11).

Elida da Silva (2011, p. 14 -15) corrobora com esta prerrogativa e acrescenta que:

[...] a educação inclusiva requer um novo modelo de escola que leve em conta as especificidades de seu alunado e priorize práticas pedagógicas, recursos e métodos de ensino eficazes e flexíveis. Uma escola organizada dessa maneira não vai beneficiar apenas os alunos com autismo, mas todo o contingente de alunos e demais membros da comunidade escolar.

Desta maneira, compreende-se que o movimento em prol da inclusão nas escolas, propicia um espaço de aprendizagem benéfico a toda comunidade educativa, perpassando desde os funcionários, professores até os alunos, oportunizando a convivência com as diferenças de maneira adequada em favor de uma sociedade mais justa. Para obter resultados positivos neste movimento inclusivo, os professores “precisam estar a par de estratégias práticas que podem utilizar diariamente na sala de aula, na escola e na comunidade para melhorar a inclusão bem-sucedida”. (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 11). Isso significa colocar as diferenças em evidência e pensar possibilidades apropriadas à realidade da criança, considerando seus limites e capacidades para que um resultado adequado seja alcançado, de maneira inclusiva, respeitosa, trabalhando todas as habilidades propostas, e assim, oportunizar que todos possam aprender e respeitar o processo educativo do outro. A sala de aula como ambiente inclusivo, oferece a todos os envolvidos aprendizados significativos tanto para a vida pessoal quanto para a vida social, pois, é por meio da convivência que se aprende a lidar com todas as peculiaridades do outro.

Para entendermos a educação inclusiva faz-se necessário um olhar sociológico, o qual nos conduz a agir pensando no impacto que cada atitude causará não só a si próprio, como ao outro e a sociedade. Temos a falsa sensação de liberdade total,

mas na realidade nos condicionamos a ter atitudes que respeitem o limite do outro, assim como afirma Bauman e May (2010, p. 33). A tendência a imaginar o outro para tomar determinadas decisões pode conduzir a criação de hipóteses que possam elucidar possíveis desdobramentos que tal ação acarretaria. Essa limitação que colocamos em nossa liberdade nos torna seres mais éticos.

Um bom exemplo a ser considerado é a exclusão escolar das crianças com deficiência. Quando a escola depara-se com alguma situação de limitação há duas possíveis decisões: uma delas é negar educação à criança com deficiência apenas pelas condições que a acometem, resultando, na impossibilidade de socialização, além de prejudicar a organização de uma família. No entanto, a outra possibilidade permitiria pensar no outro e ponderar todos os prejuízos que essa atitude eventualmente ocasionaria e com a mudança de decisão, iniciar uma transformação dentro da instituição e na sociedade. Barros *apud* Unesco (2010, p 15) corrobora com esta ideia quando afirma que: “A escola – não apenas as pessoas com necessidades educacionais especiais – precisam se transformar para transformar atitudes discriminatórias, promovendo respeito às diferenças, criando comunidades acolhedoras.”

O ambiente escolar deve acolher as crianças com intuito de propiciar interações entre os diferentes, estabelecendo um meio de convívio respeitoso e saudável, pois assim, é possível estabelecer um caminho inclusivo que num futuro não tão distante transformará muitas realidades e deixará a sociedade mais receptiva com as deficiências.

DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Constituição Federal 1988, Artigo 205,

Visto que a sociedade é composta por seres diferentes, seja na religião, na cultura, na sexualidade, na deficiência, não importa, são seres diferentes numa mesma comunidade e com direitos iguais. A escola é um desses direitos.

Analisando a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Lei 13.146/15) encontramos no Título II, Capítulo IV os direitos fundamentais da educação, Dentre os quais, torna-se importante enfatizar três incisos. São eles:

[...]

II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

[...]

V – adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

[...] (BRASIL, 2015).

O primeiro inciso destacado busca a garantia de um sistema educacional preparado para atender as necessidades das crianças quando ingressam no ambiente escolar, minimizando as possibilidades de fracasso escolar e maximalizando as possibilidades de desenvolvimento destes, ou seja, adaptar a escola para esta se tornar uma instituição inclusiva. O segundo inciso citado, enfatiza a importância de institucionalizar a inclusão, colocar no papel as adaptações e apoios que garantirão o melhor desenvolvimento possível da criança. O terceiro trata-se do inciso V que fala sobre aderir medidas que potencializarão o desenvolvimento, isso significa acordo com a necessidade observada, a criança deve ter subsídios que o estimulem a permanência ativa no ambiente escolar.

Quando se discute a inclusão, principalmente dentro da escola, é necessário insistir sobre a importância do papel do cidadão no contexto social em que ele está ambientado. Os três incisos destacados incitam a ideia de promover estratégias para incluir as crianças com deficiência no meio escolar, proporcionando-lhes meios de permanência e maximização de desenvolvimento humano.

Então, a escola deve compreender as dificuldades enfrentadas pelas crianças com deficiência e reestruturar as atividades para atender às demandas trazidas pelas características dos estudantes com intuito de garantir a equidade.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DA QUEDA DO VÉU DA INVISIBILIDADE À ESCOLARIZAÇÃO.

Infância é um conceito relativamente novo. Antes as crianças eram tratadas como mini-adultos, submetidas a exercer funções inapropriadas para sua idade e isso lhes negava a oportunidade de ser criança em sua plenitude. Para Philippe Ariès (1981) o sentimento de infância é moderno, a infância era vista como “uma fase sem importância” (1981, p. 21), ser criança era unicamente uma fase que antecedia a vida adulta.

Essas crianças tratadas como adultos em miniatura viviam em uma sociedade em que a consciência sobre o conceito e em que consistia infância não existiam. Por esse motivo, “assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes.” (ARIÈS, 1981, p. 99).

Foi a partir do século XIX que começou a se discutir acerca da infância, passando a ser separada da vida adulta. Atualmente, entende-se a importância que esta fase da vida tem e que constitui um período crucial para a formação pessoal e social do sujeito. Levando em consideração a importância deste período e a crença da necessidade de ingressar as crianças em meios sociais para seu desenvolvimento, é possível afirmar que é imprescindível o convívio no meio escolar na vida da criança.

A Educação infantil compreende as etapas da creche até a pré-escola (0 a 5 anos de idade), é mais do que a introdução da criança no meio escolar. Tomando como base os documentos que orientam e direcionam o currículo, neste período são trabalhadas questões a cerca do movimento visando à expressividade, o equilíbrio e a coordenação; trabalha-se também a música; as artes visuais; a linguagem oral e escrita; questões sobre natureza e sociedade e a matemática. Acredita-se que este currículo seja capaz de estimular os sentidos e a comunicação e assim potencializar o desenvolvimento infantil, concebendo aprendizagens que servirão de apoio para as etapas da vida dentro e fora da escola. É durante este período também que as crianças convivem com mais frequência com diferentes crianças em faixas etárias iguais ou próximas com as quais compartilham o mesmo currículo. Isso não significa que todos alcançarão a mesma de aprendizagem ao término de um ciclo, porque apesar das necessidades educativas serem similares, cada estudante terá seu tempo e ritmo de desenvolvimento tendo ou não deficiência.

O desenvolvimento infantil necessita da convivência com a sociedade exatamente como a mesma se configura, com diferentes culturas, gêneros, religiões, etnias e deficiências. Negar a oportunidade de estudar com o diferente impede o desenvolvimento de habilidades e competências úteis para a vida. É preciso ter em mente a importância da educação para a diversidade. Fazer educação inclusiva significa conhecer as características dos alunos, cada um na sua particularidade e em interação com o coletivo. Há um parâmetro para a formação do indivíduo, mas é importante considerar o quanto foi internalizado a partir e apesar dos obstáculos e necessidades durante o processo de aprendizagem.

Fazendo uma retrospectiva sobre a educação de crianças com deficiências, é possível observar que após o pensamento de que estas seriam “criaturas ineducáveis”, institucionalizam a chamada escola especial. A escola especial seria um ambiente educativo que acolheria estudantes que tivessem deficiência, separados de acordo com a deficiência como, por exemplo, surdos com surdos, autistas com autistas. Teoricamente, esta estratégia possibilitaria ou até mesmo facilitaria a inclusão, mas, não foi isso que ocorreu. A escola especial educava a criança para o déficit, adequava o currículo para atender as demandas das questões físicas, psíquicas e motoras ao invés de produzir um currículo que visasse ensiná-las quaisquer que fossem os conteúdos. Rosera, Serrahima e Elias, dizem que nesta perspectiva o déficit era a própria criança. Este movimento ajudava a não superar o problema em torno da segregação social.

Para que essa realidade não tenha legitimidade, defende-se a ideia da oferta da educação de crianças com deficiência no ensino regular, pois:

Com o investimento em processos inclusivos, pretende-se uma ampliação nas possibilidades de participação das pessoas com deficiência ao convívio social, sem segregá-las em instituições especiais, mas contribuindo para legitimá-las como cidadãos. (MATTOS; NUERNBERG, 2011, p. 139)

Partindo desta perspectiva, e tendo em vista que:

A maioria das crianças de qualquer idade (no caso que consideramos, os correspondentes aos ciclos 0 a 3 anos e 3 a 6 anos) tem necessidades educativas similares: não apenas inerentes à assimilação das atividades de ensino e aprendizagem, mas também, em um sentido mais amplo, aquelas relativas ao desenvolvimento de sua maturação afetiva, sensorial, psicomotora, etc. (ROSEIRA; SERRAHIMA; ELIAS, 2004, p. 318)

Fica esclarecido, portanto que as crianças com necessidades educacionais especiais deverão ser incluídas no ensino regular. Entretanto, é imprescindível pensar de acordo com as demandas observadas em sala de aula estratégias estruturadas de maneira flexível para atendê-las individualmente ou no coletivo respeitando seus limites, incentivando seus avanços e tratando com um olhar sensível às mudanças deste educando. Como previsto no Artigo 58 da LDB a Educação especial nada mais é que uma “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular” (BRASIL, 1996) garantindo para estes que:

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59 Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; (BRASIL, 1996)

É plausível considerar que a instituição especial viria como algo complementar, um momento específico para cuidar de aspectos específicos, ou seja, fora do horário da escola regular a criança teria um tratamento especializado para sua deficiência com intuito de alcançar os melhores resultados possíveis dentro dos limites encontrados.

O convívio com a sociedade e com o diferente oportuniza experiências enriquecedoras para todos os envolvidos, além de transformar a escola em um ambiente inclusivo. É importante enfatizar que os currículos devem ser flexíveis e os profissionais devem estar preparados para propiciar às crianças a convivência harmônica e respeitosa independente de qualquer característica que as distingam.

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS

Segundo as Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA), produzido pelo Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde (2013) o termo autismo surge com o psiquiatra Plouller quando afirma como característica deste transtorno o isolamento. Mais tarde Kenner reformula e emprega o termo distúrbio autístico do contato afetivo no qual o isolamento é um ponto em comum entre a teoria deles. Kenner identifica o transtorno de desenvolvimento a partir das características:

- 1) extrema dificuldade para estabelecer vínculos com pessoas ou situações;
- 2) ausência de linguagem ou incapacidade no uso significativo da linguagem;
- 3) boa memória mecânica;
- 4) ecolalia;
- 5) repetição de pronomes sem reversão;
- 6) recusa de comida;
- 7) reação de horror a ruídos fortes e movimentos bruscos;
- 8) repetição de atitudes;
- 9) manipulação de objetos, do tipo incorporação;
- 10) físico normal;
- 11) família normal. (BRASIL, 2013. p. 13).

A partir de estudos e com o decorrer do tempo o autismo foi concebido como um distúrbio neuropsiquiátrico que:

[...] se modificou desde sua descrição inicial, passando a ser agrupado em um contínuo de condições com as quais guarda várias similaridades, que passaram a ser denominadas de Transtornos Globais (ou Invasivos) do Desenvolvimento (TGD). (BRASIL, 2013. p. 14)

Então, compreende-se que o autismo faz parte do grupo de transtornos globais ou invasivos do desenvolvimento e pode ser identificado principalmente pela imutabilidade e isolamento. A criança que está dentro do espectro autista costuma ter aversão à quebra de rotina, eles estabelecem um padrão e quando não há a possibilidade do cumprimento deste é comum uma irritabilidade ou repulsa ao que é proposto para a substituição. Toque constante e inesperado, abraços, conversa com um tom elevado ou muitas pessoas falando ao mesmo tempo também podem causar reações grosseiras, pois, para eles, isso acaba se tratando de uma invasão, já que as crianças autistas são alheias ao que ocorre no universo externo.

Haja vista as características do autismo compreende-se a importância de conceituar o transtorno para uma melhor compreensão. Para suprir esta lacuna Ana Maria Mello diz que o autismo é:

[...] uma síndrome definida por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade, e que se caracteriza sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação. (MELLO, 2003, p. 11).

De acordo com o referencial teórico citado até aqui, pode-se entender um pouco mais sobre o autismo como um conjunto de sintomas específicos identificados na criança nos primeiros anos de vida que podem limita-las nas esferas físicas, cognitivas, sociais podendo variar em dificuldades desde a fala às relações interpessoais.

Canut et al. (2014, p. 31-32), afirma que o autismo é uma doença ainda não compreendida pelos profissionais da área. Não se sabe até então a etiologia desta doença, no entanto, acredita-se que está relacionada a fatores genéticos, ambientais, imunológicos e neurológicos, mas a falta de marcador biológico comum em todos os quadros dificulta o diagnóstico. Destacam também que o autismo faz parte do grupo de alterações do desenvolvimento neuronal e que quanto mais cedo identificado e tratado o transtorno melhor será o desenvolvimento da criança.

Como os sintomas já podem ser identificados nos primeiros anos de vida, a observação cuidadosa pode ajudar o diagnóstico para uma intervenção no sentido de abrandar os sintomas, possibilitando um melhor desenvolvimento da criança com autismo.

Por não apresentar critérios biológicos, os diagnósticos são apenas clínicos e devem ser identificados por neuropediatras, psicólogos e psiquiatras. Acompanhados por uma equipe multiprofissional, formada por professores, fonoaudiólogos, psicólogos, neurologistas, fisioterapeutas, psicopedagogos com intuito de garantir uma evolução das áreas que propiciarão um desenvolvimento melhor para a criança, seja na parte física, mental, social e cognitiva.

Quando a escola tem a oportunidade de vivenciar a experiência de educar no ensino regular crianças autistas, é preciso empenho principalmente dos professores para impulsionar a socialização, aprendizagem e autonomia desta criança, sem negligenciar o diálogo com os demais profissionais que precisam atuar de modo interdisciplinar.

ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS: PISTAS PARA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM TEA.

O processo de aprendizagem ocorre quando o professor transforma a maneira de ensinar, contribuindo para que a criança internalize os conhecimentos. Paulo Freire (2014, p. 25), se expressa muito bem quando assinala que não há ensino sem aprendizagem. Ao considerar este pressuposto, o educador precisa buscar a todo o momento estratégias que possibilitem a estruturação de esquemas e a criação hipóteses que viabilizarão a produção de conhecimentos do estudante. Este processo deve ocorrer no meio escolar, com todas as crianças de maneira igualitária. Ou seja, o professor tem que estar à disposição para repensar diferentes estratégias que garantam uma compreensão mais adequada a cada criança dentro da escola, levando em consideração as necessidades educacionais especiais encontradas e potencializando o aprendizado, garantindo, desta maneira, a equidade.

O professor é o principal responsável para promover o processo inclusivo, mas é preciso compreender que:

A implementação dessa responsabilidade não recai exclusivamente sobre o educador ou o tutor correspondentes; talvez seja necessário o auxílio de outro educador na sala de aula em intervalos determinados, de um

professor de apoio, de um especialista concreto. [...] É importante ressaltar agora a ideia de que a escola, como tal, deveria propor-se a oferecer a cada criança aquilo de que necessita, disponibilizando para ela os recursos e estratégias necessárias (ROSER; SERRAHIMA; ELIAS, 2004, p. 319).

Partindo desta premissa é importante salientar algumas estratégias que ajudariam o professor a lidar com crianças deficientes, potencializando assim, aprendizagem de crianças dentro do espectro do autismo.

1. AMBIENTAÇÃO ESCOLAR

Antes de qualquer movimento direto com a criança, a escola tem que estar estruturalmente preparada para atender as demandas trazidas por crianças autistas, brinquedos estimulantes, espaços atrativos, professores e profissionais que em parceria com a família possibilitem um consenso que viabilize suprir as necessidades especiais desta criança. Elida Silva (2011, p. 15) sinaliza que para ocorrer uma educação realmente inclusiva deverá haver nas instituições capacitações para os membros da comunidade escolar, ela sugere palestras e atividades de sensibilização antes do acolhimento e permanência desta criança na escola.

2. CONHECER A CRIANÇA

A segunda estratégia básica para um professor ter êxito em sua prática de ensino e enfaticamente, neste caso, na inclusão de crianças autistas é conhecê-la. Silva (2011, p. 15) corrobora com essa perspectiva e acrescenta que em caso de necessidade, o professor pode adotar sistemas de comunicação caso a criança não faça uso da linguagem oral. Morgado (2011, p. 25) exemplifica o Picture Exchange Communication System (PECS) são sistemas de comunicação através de troca de figuras e destaca que “O PECS visa ajudar a criança a perceber que através da comunicação ela pode conseguir muito mais rapidamente as coisas que deseja, estimulando-a assim a comunicar.” (MORGADO, 2011, p. 25).

3. ADAPTAÇÃO DAS ATIVIDADES

Outra estratégia pertinente é a adaptação das atividades, mas para que isso ocorra o professor tem que ter propriedade das necessidades e limitações da criança. Este movimento propiciará que este educador desafie a criança de acordo com seu potencial de modo que as atividades propostas não sejam demasiadamente fáceis e tão pouco de extrema dificuldade.

Vygotsky (1991, p. 57) é quem nos inspira e corrobora com a ideia supracitada, quando diz que:

Temos que determinar pelo menos dois níveis de desenvolvimento. O primeiro nível pode ser chamado de nível de desenvolvimento real, isto é, o nível de desenvolvimento das funções mentais da criança que se

estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados.

Quando determinamos a idade mental de uma criança usando testes, estamos quase sempre tratando do nível de desenvolvimento real. Nos estudos do desenvolvimento mental das crianças, geralmente admite-se que só é indicativo da capacidade mental das crianças aquilo que elas conseguem fazer por si mesmas.

A junção, portanto, do desenvolvimento real com a idade mental possibilitará ao professor uma noção de até onde a criança pode caminhar sozinha e a partir desta análise propor desafios que a incentivem a aprender mais.

4. INTERFERÊNCIA NA ZONA DE DESENVOLVIMENTO PROXIMAL

Nomeia-se de Zona De Desenvolvimento Proximal (ZDP),

[...] a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VYGOTSKY, 1991, p. 58)

A ZDP é importante durante a educação de crianças autistas e é a partir da sua proposta educativa que é possível pensar em outra estratégia de potencialização do desenvolvimento desta criança.

É verídico que crianças com autismo têm problemas com as relações interpessoais, entretanto, é a partir deste contato que ela pode aprender. Partindo desse pressuposto, acredita-se que é necessária a interferência do professor na Zona De Desenvolvimento Proximal. A criança autista tem dificuldade na socialização, então durante as brincadeiras – momento importante durante a infância e ambiente de aprendizagem – elas costumam não participar. Visando a integração das crianças neste ambiente, o professor deve solicitar a atenção da criança com autismo e incentiva-la entrando na brincadeira, explicando o que estão fazendo, dando significado ao que está sendo feito. Após isto, é preciso deixar a criança, permitindo que ela interaja de maneira autônoma no contexto social em que está inserida. É claro que não será na primeira vez que isso ocorrerá, mas se o estímulo for dado aos pouco e regularmente, os resultados serão vislumbrados com o tempo.

Segundo Bernard (2006, p. 14) ao desenvolver as competências necessárias para a comunicação, interação, conhecimento e exploração do mundo, e resolução de problemas é possibilitada condições para progressos em aprendizagens mais complexas. Esta proposição corrobora com a concepção de que na Educação infantil, o brincar não é uma atividade meramente recreativa, o brincar constrói caminhos para o desenvolvimento físico, cognitivo, social e afetivo da criança.

5. APOSTAR NA CRIANÇA

Durante as aprendizagens construídas no meio escolar, o professor precisa apostar na criança que está educando e de acordo com a perspectiva inclusiva, isso deve ocorrer do mesmo modo com as crianças autistas. Não há motivo para subestimar o desenvolvimento delas, pelo contrário, é crucial estimular seu desenvolvimento

dentro das possibilidades encontradas e gradualmente aumentar os níveis de dificuldades de acordo com o processo construído pela criança.

6. UTILIZAÇÃO DO TEACCH

Outra proposta, usualmente utilizada é o Tratamento e Educação para Crianças com Autismo e com Distúrbios Correlatos da Comunicação (TEACCH). Vera Lúcia Morgado (2011, p. 24) explica que esse método foi desenvolvido nos Estados Unidos nos anos 60 e como metodologia uma avaliação denominada de Perfil Psico Educacional Revisado (PEP-R) que categoriza os pontos fortes e as maiores dificuldade dos alunos e a partir destes personaliza um programa individualizado.

Esse método baseia-se na organização do ambiente físico através de rotinas - organizadas em quadros, painéis ou agendas - e sistemas de trabalho, de forma a adaptar o ambiente para tornar mais fácil para a criança compreendê-lo, assim como compreender o que se espera dela. Através desta organização do ambiente e das tarefas da criança, o método TEACCH visa desenvolver a independência da criança. (MORGADO, 2011, p. 24).

A pesquisa feita por Morgado centra-se em crianças do 1º ano do 1º ciclo. Como este artigo tem ênfase na Educação infantil, propõe-se, neste nível de ensino, que este quadro seria composto por imagens e interpretado com a criança com autismo, a professora regente e a professora de apoio para ajuda-lo a criar significados e se desenvolver o mais autonomamente possível.

Essas foram algumas das possibilidades pensadas para assegurar uma educação verdadeiramente inclusiva para crianças com autismo, não é garantido que estas se desenvolvam assim como é pensado aqui, pois é correto que cada situação e ação resultarão em um determinado resultado. Mas, pode-se afirmar que se houver dedicação dos profissionais no desenvolvimento da criança será encontrada a melhor forma de ensinar e com certeza todos aprenderão com a experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola inclusiva é um tema que precisa ser pesquisado, visando uma ampliação nas concepções já existentes para que haja cada vez mais avanços a cerca deste tema. Um evidente propósito para isso é a ideia (já superada) de que crianças com deficiência não poderiam ser educadas por falta de capacidade.

No entanto, incluir não significa matricular a criança com deficiência na escola e deixa-la a parte das atividades propostas, é importante a flexibilidade das estratégias para possibilitar o desenvolvimento de todos, respeitando o que os diferencia e incentivando a convivência respeitosa com o diferente. A escola é uma instituição fundamental na construção do cidadão, e este alicerce deve ser estruturado durante a infância por isso, fala-se sobre a inclusão desde os primeiros anos escolares, a Educação infantil.

Muito mais que desejo, a inclusão é um direito. Direito de ser respeitado no que os diferencia dos outros sem que precise viver segregado do contexto em que está inserido, direitos esses assegurados pela Constituição de 88, a LDB, pelos Direitos Humanos. Não é privilégio, é equidade.

Por ser um espaço de convivência e aprendizado entre sujeitos, que possuem contextos históricos, conhecimentos prévios, vivências e famílias diferentes, a escola deve ser o principal ambiente propício à inclusão. O ambiente escolar viabiliza a aprendizagem e a convivência com o diferente ensina muitas coisas, desde o respeito à empatia, do pertencimento ao um grupo à consciência de que os direitos são iguais independentes das diferenças.

O conceito de infância é relativamente novo, antes era tido como um momento sem importância, resultando na negação de direitos as crianças dessa época e tratamentos inadequados para as idades. Ao ser compreendido o papel da infância, inicia-se a Educação infantil etapa da formação institucional que compreende a educação de crianças de 0 a 6 anos, abarcando a creche e a pré-escola.

Tendo em vista as idades trabalhadas na Educação infantil e voltando o enfoque para a inclusão escolar, torna-se imprescindível a inclusão da criança com autismo no ensino regular desde a tenra idade. Os sintomas do autismo são identificados, geralmente, a partir dos dois anos, para a amenização destes o contato com ambientes não segregados são fundamentais. Nesta fase a plasticidade neuronal é bem melhor, então se defende a ideia do diagnóstico precoce para um tratamento adequado desde cedo, o que potencializa o desenvolvimento da criança.

Discute-se sobre a existência da educação especial e da educação inclusiva, no qual, é creditada à primeira uma educação voltada para o déficit que acaba segregando as crianças que exclusivamente a frequentam. Enquanto a outra defende a inclusão em escolas regulares, possibilitando a convivência com a sociedade da maneira com ela se configura e estudando muito além do déficit, conteúdos propostos a sua idade e ano de escolarização, respectivamente. Não é condenável a frequência nas escolas especiais, mas, elas devem vir como medidas complementares ao ensino regular.

As crianças de idades similares necessitam de conhecimentos similares, sejam eles afetivos, sociais, cognitivos, escolares. Então, possibilitar a frequência de crianças com autismo no ensino regular garantirá oportunidades equivalentes, é claro que os aprendizados não ocorrerão de modo linear, cada um terá seu tempo e limite e isso deverá ser respeitado e valorizado dentro do ambiente escolar.

O autismo ainda é uma doença cheia de questionamentos, não se sabe ao certo de onde é provida e nem as causas. Mas por ter características marcantes como sensibilidade excessiva, isolamento, dificuldade na fala e no desenvolvimento motor é facilmente observável, o grande problema é identificar o que levam as crianças a desenvolverem esse transtorno já que os sintomas não são os mesmos em todos os casos.

Entretanto, há meios que viabilizam a educação destas crianças e para isso foram pensadas estratégias que auxiliariam os educadores no acolhimento e desenvolvimento das crianças com transtorno do espectro autista, tais como: a

ambientação escolar, conhecer a criança, adaptação das atividades, interferência na ZDP, apostar na criança e utilização do TEACCH.

Conclui-se, portanto, que o ensino regular tem por obrigação de acolher e garantir meios de permanência para as crianças com deficiência, em especial, neste artigo, com enfoque no autismo. Com intuito de assegurar a inclusão e garantir a equidade. Porém, observa-se que há uma distância entre o que a literatura na área concebe e a cultura escolar vigente, o que requer uma maior divulgação destes estudos.

REFERÊNCIA

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**; tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARMANI, Suzete. **Direitos Universais das Crianças: Construindo a cidadania e aprendendo sobre a Declaração dos Direitos Universais das Crianças: UNICEF** Campinas, SP: Komedi, 2009.

BARROS, Carlos César. **Fundamentos filosóficos e políticos da inclusão escolar**: um estudo sobre a subjetividade docente Curitiba: Honoris Causa, 2010.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a Pensar com a Sociologia**. Tradução Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

Benard, Ana (2006). **Promoção da Educação Inclusiva em Portugal**. Lisboa

BRASIL. (Jul de 2015). *Lei Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015*. Acesso 02 de novembro de 2018, disponível em Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm

BRASIL. Atividade Legislativa Art. 205. Acesso 10 de novembro de 2018, disponível em Constituição da República Federativa do Brasil: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp

BRASIL. Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1996. Acesso 10 de novembro de 2018, disponível em Ministério da Educação: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

Canut, A. C. A.; Silva, G. S.; Youshimoto, D. M. R.; Carrijo, P. V.; Gonçalves, A. S.; Silva, D. O. F. (2014). **Diagnóstico Precoce do Autismo**. *Revista de Medicina e Saúde de Brasília*, 3(1). Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rmsbr/article/view/4254/3132> > Acesso em: 03 de dezembro de 2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revista Educação**. v. XVI, n. 1, 2008.

MELLO, Ana Maria S. R. de. **Autismo: guia prático**. 2. ed. São Paulo: Mariana S. Rocha de Mello, 2003.

MATTOS, Laura Kemp de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na educação infantil. **Revista Educ. Espec**, Santa Maria, v. 24, n. 39, p. 129-142, jan./abr. 2011.

MORGADO, Vera Lúcia M. P. **Estratégias a utilizar para promover a inclusão escolar de um aluno com autismo**. Lisboa, 2011.

Organização Pan-Americana da Saúde. Folha Informativa – Transtornos do Espectro Autista. Atualizada em abril de 2017. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5651:folha-informativa-transtornos-do-espectro-autista&Itemid=839 acesso em 06 de dezembro de 2018.

ROSEIRA, Montserrat A.; SERRAHIMA, Isabel F.; ELIAS, Carles L. Crianças com necessidades educativas especiais. *In*. Lleixà Arribas, Teresa. **Educação infantil: desenvolvimento, currículo e organização escolar**. / Teresa Lleixà Arribas... [et al]; tradução Fátima Murad 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, Élide Cristina Santos da Silva. **A prática pedagógica na inclusão educacional de alunos com autismo**. 166f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: Um guia para educadores**; Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.